



É uma capital tão pequena
que não tem nem expressão

Alexandre Almeida, deputado estadual do Maranhão pelo PTN

Bastidores

Discutindo a relação

A bancada do PMDB na Câmara Municipal de Campo Grande irá se reunir hoje com a cúpula regional do partido para definir se continuam na base aliada do prefeito Gilmar Olarte (PP) ou seguem o exemplo recente de outros parlamentares e declaram “independência”. A decisão de levar o caso à esfera estadual, conforme o presidente da Casa, Mario Cesar (PMDB), foi tomada após a sessão de terça-feira (12) e divulgada ontem. O motivo seria a divisão da própria bancada, formada por nove vereadores, sobre o tema: parlamentares como Edil Albuquerque (líder de Olarte) e o Dr. Loester são favoráveis à manutenção da aliança, enquanto a presidente municipal, Carla Stephanini, puxa o bloco dos insatisfeitos.

Órbita

Embora tenha Edil como líder, o PMDB afirma que não participa da gestão de Olarte, inclusive sem ter feito indicações oficiais de secretários. Mesmo assim, coloca-se como integrante da base aliada, embora seja comum alguns de seus parlamentares erguerem o tom em relação ao Executivo.

Ioio 1

A chegada e saída de aliados para o grupo de Olarte, aliás, é vista com naturalidade por seu líder. Segundo Edil, a composição da base é um trabalho ininterrupto, sendo possível perder aliados em algumas situações para, em seguida, os recuperar.

Ioio 2

“Vereador não gosta de veto e quer ser atendido nas suas indicações, porque é assim que se dá uma resposta à comunidade que o cobra. Pretendemos não perder mais parlamentares do nosso grupo e, se possível, recuperar o patamar de antes”, explicou Edil. Chocolate (PP) e Eduardo Romero (PT do B), este presidente da CPI das Contas Públicas, foram as defecções mais recentes.

Global 1

Vizinhos e representantes da classe política voltaram suas atenções para a Prefeitura da Capital, ontem, quando uma equipe do “Fantástico”, da TV Globo, capitaneada pelo repórter Maurício Ferraz, realizou entrevista com Gilmar Olarte. A presença da equipe foi confirmada pela assessoria do Executivo.

Global 2

Oficialmente, ninguém deu detalhes sobre o teor da entrevista –a coluna apurou que teria relação com o processo de cassação de Alcides Bernal (PP), decretado em 2014 pela Câmara Municipal, e a investigação conduzida pelo Ministério Público sobre o caso. Olarte teria se mostrado seguro nas explicações ao repórter, conforme relatos.

Retrospecto

A última passagem do “Fantástico” pelo Estado rende, até agora, dores de cabeça ao prefeito Maurício Dualibi (DEM), de Camapuã –ante o sumiço de documentos que seriam usados em apuração sobre desvios de recursos–, e para a Câmara de Ribas do Rio Pardo, onde vereadores foram acusados de se beneficiar de verbas públicas.

Mais dois

Falando em Ribas do Rio Pardo, a Câmara do município deve colocar em votação, hoje, parecer pela cassação de mais dois vereadores acusados de participação no esquema de desvios de recursos e uso de notas frias conhecido como “Farra das Diárias”: Dione Erick (PSDC) e o ex-vice-presidente Antonino Ângelo da Silva (PSC).

Farra

Os ex-vereadores Claudio Siqueira Lins (PT do B) e Fabiano Duarte da Silva (PR) já foram cassados pela Câmara. O ex-presidente Adalberto Domingues, que chegou a ser acusado de fugir das autoridades de pijama em novembro, quando o Gaeco (Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado) deflagrou Operação Viajantes –fato que ele nega–, renunciou ao cargo.

Restituído

Decisão do ministro Dias Toffoli, do STF (Supremo Tribunal Federal) restituiu o pagamento de pensão ao ex-governador Pedro Pedrossian, pelo período em que ele administrou o Mato Grosso Uno. O benefício, no valor de quase R\$ 17 mil, havia sido cortado por decisão de primeira instância com base em dispositivo aprovado na Assembleia do Estado, e foi reestabelecido liminarmente.



Um parlamentar até pode falar asneira, mas tem de avaliar o que vai dizer

DE ÂNGELO GUERREIRO, deputado estadual, ao propor moção de repúdio ao deputado estadual maranhense Alexandre Almeida, que considerou Campo Grande uma capital ‘sem expressão’

Funcionalismo

Governo quer ‘antecipar’ reajuste de 2016 dos servidores estaduais

Proposta, a priori, é rejeitada por entidades, que farão assembleia geral

Humberto Marques

Em meio às cobranças de setores do funcionalismo estadual sobre a concessão de reajuste salarial neste ano, o governo do Estado já estuda a possibilidade de “antecipar” a majoração de 2016 para outubro deste ano. A medida é tratada desta forma porque, na interpretação da gestão de Reinaldo Azambuja (PSDB), balizada em parecer da PGE (Procuradoria-Geral do Estado), o reajuste deste ano foi antecipado no fim de 2014 pelo ex-governador André Puccinelli (PMDB) em diversas leis aprovadas na Assembleia prevendo planos de cargos e remunerações dos servidores. A tese, porém, é rechaçada por servidores em um primeiro momento, diante da

avaliação de que o aumento salarial relativo a 2015 não foi concedido. O Fórum dos Servidores e a Feserp-MS (Federação Sindical dos Servidores Públicos Estaduais e Municipais de Mato Grosso do Sul) participam das negociações e, até aqui, têm rejeitado as alegações do Executivo.

Os servidores cobram reajuste linear de 12%. Em nota distribuída na terça-feira (12), o governo estadual rebateu acusações de que pleiteia aplicar “reajuste zero” a algumas categorias, pois insiste na alegação de que os aumentos foram antecipados por Puccinelli. As negociações se manteriam abertas com aquelas não contempladas, em índices a serem definidos durante reuniões individuais com integrantes de cada categoria.

Entidades alegam que Puccinelli fez correção de ‘distorções salariais’

A antecipação do reajuste, porém, é refutada neste momento. “Não queremos porque entendemos que, em dezembro do ano passado, houve uma correção de distorções acumuladas durante anos, e não um reajuste antecipado com o governo do Estado, qualquer que seja”, disse Alexandre Costa, presidente do Sintss (Sindicato dos Trabalhadores em Seguridade Social).

A tese consta em nota divulgada pelo Fórum dos Servidores, que se baseia em assessorias jurídicas das entidades de classe para rebater a tese de concessão de aumento salarial, figurando nas leis a revisão geral anual e correções de distorções relativas às

médias inflacionárias de 2013 e 2014. Conforme a entidade, a negativa do governo de Reinaldo “configura na prática reajuste zero”, contrariando a Constituição –que exige lei para tratar do reajuste, sendo assegurada a revisão anual.

Ontem, era aguardado que a administração estadual publicasse o calendário individual de negociações com cada sindicato, e o fórum realizaria reunião para traçar estratégias unificadas. Os sindicatos que integram a entidade também convocariam assembleias até segunda-feira (18), quando ocorre uma reunião ampliada com todas as entidades. A possibilidade de greve não está descartada (*leia mais na página B4*). (Com Nyelder Rodrigues, de *O Estado Online*)

Para deputados, Reinaldo deve cumprir as leis

Roberto Higa/ALMS



Rinaldo disse que estão acontecendo negociações entre governo e categorias

cionais e incorporar benefícios aos salários, deixando claro quando as benesses entrariam em vigor: “O governador Reinaldo, hoje, quando o sindicato vai até ele buscar o reajuste, diz que a antecipação já foi feita em janeiro e está sendo paga. Em contrapartida, os sindicatos se julgam tapeados por essa iniciativa do ex-governador. Foi uma lei votada, então tem de cumprir”.

Deputada vê boa vontade do Executivo, líder descarta ação da AL no caso

Já Mara Caseiro (PT do B) avalia que o governo estadual tem cumprido o acordo firmado por Puccinelli. “É lógico que, depois de assumir o que foi deixado pelo ex-governador, ele (Reinaldo) tenha de avaliar o que pode e o que não pode dar de aumento, mediante o que foi acordado no ano passado. É uma condição”. A deputada reforça que o Estado deve ter cautela para não elevar gastos acima da arrecadação, “mas acho que ainda há muita conversação.

De qualquer forma, primeiro o governo tem de cumprir o que foi acordado em 2014 e aprovado por esta casa”.

Líder do governo na Assembleia, Professor Rinaldo (PSDB) destacou que negociações têm sido feitas. “O governo está discutindo com as

categorias. Existe um Fórum Permanente, que está discutindo com as classes. Para nós, aqui, vota ‘sim’ ou ‘não’, não tem outro jeito. Tem de discutir entre eles, nós não temos prerrogativa de aumentar ou reduzir salários”, afirmou o deputado tucano.

‘Sem expressão’

Guerreiro propõe repúdio a deputado do MA

Roberto Higa/ALMS



Guerreiro cobrou respeito dos parlamentares às outras regiões do Brasil

Um debate ocorrido na terça-feira (12), na Assembleia Legislativa do Maranhão, indignou o deputado estadual sul-mato-grossense Ângelo Guerreiro (PSDB), que propôs a aprovação de moção de repúdio contra o deputado maranhense Alexandre Almeida (PTN). Este afirmou da tribuna do Legislativo de seu Estado que “Campo Grande é uma cidade pequena e sem expressão nacional”. A proposição de Guerreiro deve ser votada hoje.

A fala de Almeida ocorrera em meio a debates sobre ato da prefeitura de Timon (MA), que prevê a concessão dos serviços de água e esgoto à iniciativa privada e dos valores que seriam cobrados por serviços. O maranhense afirmava que a privatização do setor não ocorrera em outras grandes cidades, quando um colega lhe interpelou e citou Campo Grande como modelo de concessão.

“É uma capital tão pequena que não tem nem expressão. Por que São Luís não fez? Por que Teresina não fez? Por que São Paulo não fez? Por que Fortaleza não fez? Nenhuma capital de envergadura fez”, disparou o deputado maranhense. Colega de plenário de Almeida, Rafael Leitoa (PDT) o reprimiu, dizendo que Campo Grande tem população semelhante à de Teresina (PI), e ainda o acusou de não estar preocupado com a questão do saneamento em Timon. “Vossa Excelência não averigua, não consulta, não pesquisa. Vossa Excelência faz um discurso midiático”.

Guerreiro vê desrespeito à Capital e MS, Barbosinha faz convite a Almeida

Conforme Guerreiro, o deputado Almeida deveria, como todo o homem público, tomar cuidado com o que fala. “É um desrespeito ao nosso Estado, não somente à Capital, mas

como um todo. Acho que, da mesma forma que cada um de nós aqui respeita os demais Estados e municípios, temos de ser respeitados. Um parlamentar até pode falar asneira, mas tem de avaliar o que vai dizer”.

Barbosinha (PSB) apoiou Guerreiro na proposição, e ainda convidou o parlamentar

do Maranhão a conhecer as empresas de abastecimento do Estado. “É um desrespeito isso o que ocorreu. Declaro aqui que faço um convite para que Almeida venha conhecer a eficiência das empresas de abastecimento de água de Campo Grande e do Estado”. (MA com HM)